Notas Explicativas do Exercício de 2018

Balanço Patrimonial

Nota 1 Contexto Operacional: o Município de Fazenda Vilanova, pessoa jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto pelas Secretarias Municipais, Fundos Especiais e o Poder Legislativo.

Nota 2 Apresentação das Demonstrações Contábeis: foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. No exercício de 2018, as disponibilidades financeiras do município totalizaram R$ 3.381.013,96, da Câmara de Vereadores R$ 13.702,90 e do Fundo de Aposentadoria dos Servidores R$ 3.425.830,08.

Nota 4 Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazos: os valores apresentados nestas rubricas compreendem os saldos a receber de créditos de convênio firmado com União, receita da dívida ativa de curto e longo prazo e depósito de valores. Os valores realizáveis ou exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações foram classificados no ativo circulante e representam 69,52% do total de créditos. O restante, correspondente a 30,48% do total, que representa os valores realizáveis após 12 meses da data da publicação das demonstrações contábeis, foi classificado no ativo não circulante.

Nota 5 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo: os saldos apresentados no corpo da demonstração se referem aos valores líquidos, já descontadas as perdas como as aplicações das disponibilidades do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

Nota 6 Estoques: compreende o valor dos bens adquiridos, com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades. Em 2018, o Estoque apresentou um saldo final de R$ 162.065,81, sofrendo um acréscimo de 63,97% em relação ao ano de 2017.

Nota 7 Imobilizado - Bens Móveis: os Bens Móveis totalizaram o valor de R$ 5.196.491,26, representando 21,68% do total do ativo imobilizado. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de R$ 830.762,93, a depreciação apurado no período apresenta saldo acumulado atual de R$ 1.385.301,54. Nota 8 Imobilizado - Bens Imóveis: os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Os Bens Imóveis totalizaram o valor de R$ 20.831.923,99, representando 80,22% do total do ativo imobilizado. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de R$ 608.459,27, a depreciação apurado no período apresenta saldo acumulado atual de R$ 673.472,05.

Balanço Orçamentário

Nota 1 Contexto operacional: os dados apresentados compreendem os órgãos da Administração Direta do Município, no que tange à previsão e execução das receitas e despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nota 2 Critério de apropriação: considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas efetivamente arrecadadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 Operações Intraorçamentárias: de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as operações realizadas entre órgãos e demais entidades do próprio Município representam operações intraorçamentárias.

Nota 4 Deduções da Receita Orçamentária: o balancete da receita apresenta a arrecadação líquida, ou seja, já consideradas as deduções da receita que, no exercício totalizaram R$ 2.721.358,40.

Nota 5 Repasses Concedidos: de acordo com o Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros efetuados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes.

Nota 6 Utilização do Superávit Financeiro: o valor do Superávit Financeiro apurado no exercício anterior utilizado durante o exercício financeiro de 2018 como fonte de abertura para créditos adicionais, totalizou R$ 598,101,18 total e contribuiu para a diferença observada entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Nota 7 Créditos Adicionais: de acordo com o disposto no artigo 43 da Lei nº 4320/1964 e artigo 7º e 8º da Lei nº 1.787 de 28 de novembro de 2017, foram abertos créditos suplementares e realizado reduções de créditos.

Nota 8 Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2018, foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas as recomendações da Instrução Normativa nº 19/2016, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 Valorização e Desvalorização com Ativos e Desincorporação de Passivos: Os Bens Móveis totalizaram o valor de R$ 5.196.491,26, e a depreciação registrada no período R$ 1.385.301,54. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de R$ 830.762,93, ja os Bens Imóveis totalizaram o valor de R$ 20.831.923,99, e a depreciação registrada no período R$ 673.472,05. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de R$ 608.459,27.

Nota 2 Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi positivo.

Nota 3 Origem e destinação dos recursos provenientes de alienação de ativos: em cumprimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar nº101/2000, demonstra-se a seguir a origem e o destinado dos recursos provenientes de alienação de ativos ocorrida no exercício, tendo em vista tratar-se de recursos vinculados, nos termos do art. 44 da referida Lei Complementar. O balanço demonstra que a conta de alienações apresentava saldo de R$ 52.604,38 no início do exercício, rendimento de aplicação apurado no período foi de R$ 5.097,27, e as receitas realizadas no ano foi de R$ 99.019,00 e houve aplicação de parte dos recursos arrecadados no valor de R$ 38.425,90.

Giseli Pereira Sarmento da Silva

Contadora CRC 088583